

MINAS GERAIS

ÓRGÃO OFICIAL DOS PODERES DO ESTADO

Diretor: José Guimarães Alves

Chefe do Departamento: José Bento Teixeira de Sales

ANO LXXII

BELO HORIZONTE, SEXTA-FEIRA, 2 DE OUTUBRO DE 1964

N. 133

DIÁRIO DO EXECUTIVO

GOVERNO DO ESTADO

DECRETO N. 7.889, DE 1.º DE OUTUBRO DE 1964

Cria um Grupo Escolar no Bairro do Horto, em Usiminas, município de Ipatinga com a denominação de Engenheiro Marcio Aguiar da Cunha.

O Governador do Estado de Minas Gerais, usando da atribuição que lhe confere o artigo 12, item I, e de acordo com o disposto no artigo 33 e seu parágrafo único, ambos da Lei n. 2.610, de 8 de janeiro de 1962 (Código do Ensino Primário),

Decreta:

Art. 1.º — Fica criado o Grupo Escolar Engenheiro Marcio Aguiar da Cunha, no Bairro do Horto, em Usiminas, município de Ipatinga.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3.º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, aos 1.º de outubro de 1964.

José de Magalhães Pinto
Paulo Diniz Chagas

DECRETO N. 7.890, DE 1.º DE OUTUBRO DE 1964

Outorga de mandato à Escola Técnica de Comércio Pan-Americana, de Almorez, para ministrar o ensino normal de ciclo colegial.

O Governador do Estado de Minas Gerais, nos termos do Decreto-Lei Federal n. 8.539, de 2 de janeiro de 1946 (Lei Orgânica do Ensino Normal) e Decreto n. 6.879, de 13 de março de 1963, decreta:

Art. 1.º — Fica outorgado mandato à Escola Técnica de Comércio Pan-Americana, de Almorez, para ministrar o ensino normal de ciclo colegial.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3.º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, 1.º de outubro de 1964.

José de Magalhães Pinto
Paulo Diniz Chagas

DECRETO N. 7.891, DE 1.º DE OUTUBRO DE 1964

Dá denominação de Deputado Emílio Vasconcelos Costa, às Escolas Combinadas de Buriú Grande, município de Martinho Campos.

O Governador do Estado de Minas Gerais, usando da atribuição que lhe confere o artigo 12, item II, e de acordo com o artigo 27, ambos da Lei n. 2.610, de 8 de janeiro de 1962 (Código do Ensino Primário),

Decreta:

Art. 1.º — Fica atribuída a denominação de Deputado Emílio Vasconcelos Costa, às Escolas Combinadas de Buriú Grande, município de Martinho Campos.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3.º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, aos 1.º de outubro de 1964.

José de Magalhães Pinto
Paulo Diniz Chagas

DECRETO N. 7.892, DE 1.º DE OUTUBRO DE 1964

Transforma em Grupo Escolar com a mesma denominação, as Escolas Reunidas Padre Julio Maria de Santana do Taboeteiro, município de Raul Soares.

O Governador do Estado de Minas Gerais, usando da atribuição que lhe confere o artigo 12, item I, e de acordo com o disposto no artigo 33 e seu parágrafo único, ambos da Lei n. 2.610, de 8 de janeiro de 1962 (Código do Ensino Primário),

Decreta:

Art. 1.º — Ficam transforma-

das em Grupo Escolar, com a mesma denominação, as Escolas Reunidas Padre Julio Maria, de Santana do Taboeteiro, município de Raul Soares.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3.º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, aos 1.º de outubro de 1964.

José de Magalhães Pinto
Paulo Diniz Chagas

DECRETO N. 7.893, DE 1.º DE OUTUBRO DE 1964

Transforma em Grupo Escolar, com a mesma denominação, as Escolas Reunidas João Alves de Paiva, da cidade de Planura.

O Governador do Estado de Minas Gerais, usando da atribuição que lhe confere o artigo 12, item I, e de acordo com o disposto no artigo 33 e seu parágrafo único, ambos da Lei n. 2.610, de 8 de janeiro de 1962 (Código do Ensino Primário),

Decreta:

Art. 1.º — Ficam transformadas em Grupo Escolar com a mesma denominação, as Escolas Reunidas João Alves de Paiva, da cidade de Planura.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3.º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, aos 1.º de outubro de 1964.

José de Magalhães Pinto
Paulo Diniz Chagas

DECRETO N. 7.894, DE 1.º DE OUTUBRO DE 1964

Dá denominação de Professora Leopoldina Barros Drumond, à Escola Singular de Esmeraldas de Ferros (ex-Esmeraldas), da cidade de Ferros.

O Governador do Estado de Minas Gerais, usando da atribuição que lhe confere o artigo 12, item II, e de acordo com o artigo 27, ambos da Lei n. 2.610, de 8 de janeiro de 1962 (Código do Ensino Primário),

Decreta:

Art. 1.º — Fica atribuída a denominação de Professora Leopoldina Barros Drumond, à Escola Singular de Esmeraldas de Ferros (ex-Esmeraldas), da cidade de Ferros.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3.º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, aos 1.º de outubro de 1964.

José de Magalhães Pinto
Paulo Diniz Chagas

DECRETO N. 7.895, DE 1.º DE OUTUBRO DE 1964

Cria um Grupo Escolar junto à Escola do Senai, em Usiminas, município de Ipatinga, denominado Dom Helvécio.

O Governador do Estado de Minas Gerais, usando da atribuição que lhe confere o artigo 12, item I, e de acordo com o disposto no artigo 33 e seu parágrafo único, ambos da Lei n. 2.610, de 8 de janeiro de 1962 (Código do Ensino Primário),

Decreta:

Art. 1.º — Fica criado um Grupo Escolar junto à Escola do Senai, em Usiminas, município de Ipatinga, denominado Dom Helvécio.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3.º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, aos 1.º de outubro de 1964.

José de Magalhães Pinto
Paulo Diniz Chagas

DECRETO N. 7.896, DE 1.º DE OUTUBRO DE 1964

Cria um Grupo Escolar junto à Escola do Senai, em Usiminas, município de Ipatinga, denominado Dom Helvécio.

O Governador do Estado de Minas Gerais, usando da atribuição que lhe confere o artigo 12, item I, e de acordo com o disposto no artigo 33 e seu parágrafo único, ambos da Lei n. 2.610, de 8 de janeiro de 1962 (Código do Ensino Primário),

Decreta:

Art. 1.º — Fica criado um Grupo Escolar junto à Escola do Senai, em Usiminas, município de Ipatinga, denominado Dom Helvécio.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3.º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, aos 1.º de outubro de 1964.

José de Magalhães Pinto
Paulo Diniz Chagas

Atos assinados pelo Senhor Governador do Estado em data de ontem. Nomeando, nos termos do artigo 51, V, da Constituição Estadual, o Bacharel Geraldo Martins Silveira para exercer, interinamente, o cargo de Secretário de Estado do Interior e Justiça, até a posse do titular da Pasta.

Pelo Gabinete Civil do Governador

Exonerando, nos termos do artigo 106, letra c), da Lei n. 899, de 5 de julho de 1962, Afonso Estêvão Torres do cargo, em comissão, de Chefe do Serviço de Produção, padrão I-69, da Assessoria de Imprensa e Relações Públicas, do Quadro Geral, Parte Permanente, Tabela I, da Lei n. 858, de 29 de dezembro de 1961, combinado com o artigo 11, da Lei n. 2.877, de 4 de outubro de 1963, e o Decreto n. 7.350, de 2 de janeiro de 1964, lotado no Gabinete Civil do Governador.

Dispensando, Hélio Fraga das funções de Chefe da Seção de Publicações e Desenhos, padrão I-65, do Serviço de Produção, da Assessoria de Imprensa e Relações Públicas, a que se refere o Decreto n. 7.362, de 4 de janeiro de 1964, lotado no Gabinete Civil do Governador.

Nomeando:

nos termos do artigo 14, item II, da Lei n. 899, de 5 de julho de 1962, Hélio Fraga para exercer, em comissão, o cargo de Chefe do Serviço de Produção, padrão I-69, da Assessoria de Imprensa e Relações Públicas, do Quadro Geral, Parte Permanente, Tabela I, da Lei n. 858, de 29 de dezembro de 1961, combinado com o artigo 11, da Lei n. 2.877, de 4 de outubro de 1963, e o Decreto n. 7.350, de 2 de janeiro de 1964, lotado no Gabinete Civil do Governador;

nos termos do artigo 14, item II, da Lei n. 899, de 5 de julho de 1962, Afonso Estêvão Torres para exercer, em comissão, o cargo de Chefe do Serviço de Promoções, padrão I-69, da Assessoria de Imprensa e Relações Públicas, do Quadro Geral, Parte Permanente, Tabela I, da Lei n. 858, de 29 de dezembro de 1961, combinado com o artigo 11, da Lei n. 2.877, de 4 de outubro de 1963, e o Decreto n. 7.350, de 2 de janeiro de 1964, lotado no Gabinete Civil do Governador;

nos termos do artigo 14, item II, da Lei n. 899, de 5 de julho de 1962, José Nicolau Neto para exercer, em comissão, o cargo de Chefe da Seção de Promoções, do Serviço de Promoções, da Assessoria de Imprensa e Relações Públicas, do Quadro Geral, Parte Permanente, Tabela I, da Lei n. 858, de 29 de dezembro de 1961, combinado com o artigo 11, da Lei n. 2.877, de 4 de outubro de 1963, e o Decreto n. 7.350, de 2 de janeiro de 1964, lotado no Gabinete Civil do Governador do Estado.

Designando Hilton Moreira Ferreira para responder pela Chefia da Seção de Publicações e Desenhos, padrão I-65, do Serviço de Produção, da Assessoria de Imprensa e Relações Públicas, a que se refere o Decreto n. 7.362, de 4 de janeiro de 1964, lotado no Gabinete Civil do Governador.

Imprensa Oficial

Aprovando, nos termos dos artigos 24 e 25 e parágrafos da Lei n. 899, de 5 de julho de 1962, o exercício de Felício Lopes, Gráfico Auxiliar, classe J, lotado na Imprensa Oficial, no cargo de Fotografo, padrão I-65, da mesma Repartição durante o período de 3 de julho a 6 de agosto de 1964, em que o titular do cargo, Francisco de Assis Carneiro de Moraes, esteve em gozo de férias anuais.

Departamento de Águas e Energia Elétrica

Aprovando, nos termos dos artigos 24 e 25 e parágrafos da Lei n. 899, de 5 de julho de 1962, o exercício de José Cavaliere Filho, Oficial Administrativo, classe J, do Quadro Geral, Parte Permanente, Tabela III, no cargo de Expediente e Documentação, padrão I-65, da Divisão de Engenharia, durante o impedimento do respectivo titular, José Balbino Junior, nos períodos de 7 de fevereiro a 7 de junho (férias-premição), de 8 a 14 de junho (nóje), e de 15 de junho a 15 de agosto do corrente ano (licença para tratamento de saúde).

Pela Secretaria do Interior e Justiça

Tornando sem efeito, nos termos dos artigos 35 e 76, da Lei n. 615, de 11 de setembro de 1950, combinados com os artigos 1.º, parágrafo único, e 66, § 2.º, da Lei n. 899, de 5 de julho de 1962, o ato de 9 de agosto de 1963, mediante o qual foi o bacharel Paulo Amin nomeado para o cargo de Promotor de Justiça da comarca de Santa Maria do Suacuí;

Decreitando tendo em vista representação motivada do Procurador Geral do Estado, nos termos dos artigos 39, "in fine" e seu § 2.º, e 46, item V, da Lei n. 615, de 11 de setembro de 1950, a remoção compulsória do bacharel Armando de Paula e Silva, Promotor de Justiça da Comarca de Almorez, de segunda entrada, assegurada a percepção dos vencimentos e vantagens até seu aproveitamento em comarca de igual entrada.

Aprovando:

nos termos dos artigos 24 e 25 e parágrafos da Lei n. 899, de 5 de julho de 1962, o exercício de Maria da Conceição Romaneli, ocupante do cargo de Auxiliar, padrão I-2, lotado na Secretaria, no cargo em comissão, de Chefe da Seção da Execução Contábil, padrão I-65, do Serviço de Contabilidade, do Departamento Social do Menor, da mesma Secretaria, durante o período de 4 de junho a 9 de agosto de 1964, em que a titular, Maria dos Reis Seabra, esteve em gozo de férias regulamentares e férias-premição em um mês, sucessivamente;

nos termos dos artigos 24 e 25 e parágrafos da Lei n. 899, de 5 de julho de 1962, o exercício de Walter Cunha, Auxiliar, padrão I-2, lotado na Secretaria, no cargo, em comissão, de Chefe da Seção de Controle da Produção, padrão I-65, do Serviço de Contabilidade, do Departamento Social do Menor, da mesma Secretaria, durante o período de 29 de abril a 3 de setembro de 1964, em que a titular, Maria José Coimbra de Moura, esteve em gozo de férias regulamentares, férias-premição, de dois meses e licença para tratamento de saúde por trinta dias, sucessivamente.

Provendo nos termos do artigo 232 da Lei n. 1.906, de 23 de janeiro de 1950, Enoch Vieira, Guimarães na serventia vitalícia do ofício de Escrivão do Crime da comarca de Lajinha.

Colocando nos termos do artigo 7.º e parágrafo único da Lei n. 899, de 5 de julho de 1962, à disposição do Juiz de Menores da comarca de Alfenas, para exercer funções de Comissário de Menores, até 30 de junho de 1965, sem prejuízo dos vencimentos e vantagens, Sebastião Mattias Pereira, Economista, padrão I-20, lotado na Secretaria (Ginásio Técnico) Lauro Leite Filho, de Alfenas).

Concedendo:

nos termos do artigo 173 da Lei n. 899, de 5 de julho de 1962, a Maria Luz Socorro Pinto, Auxiliar, padrão I-2, lotado na Secretaria, licença para interesses particulares, por 2 (dois) anos;

resolve conceder, nos termos do artigo 172 da Lei n. 899, de 5 de julho de 1962, a José de Oliveira Belo Sobrinho, Auxiliar, padrão I-2, lotado na Secretaria, licença para tratamento de saúde, por 180 (cento e oitenta) dias, em prorrogação, a partir de 23 de julho de 1964.

Colocando:

tendo em vista o parecer da Comissão Estadual de Investigações, instituída pelo Decreto n. 7.600, de 11 de maio de 1964, em disponibilidade, nos termos dos arts. 7.º, e § 1.º e 8.º do Ato Institucional, de 9 de abril de 1964, o bacharel José de Sales Filho, no cargo de Juiz de Direito da comarca de Rio Novo, de terceira entrada;

tendo em vista o parecer da Comissão Estadual de Investigações, instituída pelo Decreto n. 7.600, de 11 de maio de 1964, em disponibilidade, nos termos dos arts. 7.º, § 1.º e 8.º do Ato Institucional, de 9 de abril de 1964, o bacharel Raymundo Antônio de Abreu, no cargo de Juiz de Direito da comarca de Paroapeba, de primeira entrada;

tendo em vista o parecer da Comissão Estadual de Investigações, instituída pelo Decreto n. 7.600, de 11

de maio de 1964, em disponibilidade, nos termos dos arts. 7.º, e § 1.º, e 8.º do Ato Institucional, de 9 de abril de 1964, o bacharel Rui de Melo Chaves, no cargo de Promotor de Justiça da comarca de Ferros, de segunda entrada;

tendo em vista o parecer da Comissão Estadual de Investigações, instituída pelo Decreto n. 7.600, de 11 de maio de 1964, em disponibilidade, nos termos dos arts. 7.º, e § 1.º, e 8.º do Ato Institucional, de 9 de abril de 1964, o bacharel Luiz Pedro Francisco de Paula Cruz, no cargo de Juiz de Direito da comarca de Ferros, de segunda entrada;

Aprovando:

a pedido, nos termos dos arts. 134 e 135, itens I e II, 192, em fine, 193 e 195 da Lei n. 1.906, de 23 de janeiro de 1950, dos arts. 116, letra c), e 117 da Lei n. 899, de 5 de julho de 1962, modificação de 5 de julho de 1962, modificação de 5 de julho de 1962, modificação de 17 de novembro de 1959, 2.001, de 17 de novembro de 1959,

o bacharel Guilherme Starling, no cargo de Juiz de Direito da comarca de Pirapora, de segunda entrada;

tendo em vista o parecer da Comissão Estadual de Investigações, instituída pelo Decreto n. 7.600, de 11 de maio de 1964, nos termos dos arts. 7.º, e § 1.º, e 8.º do Ato Institucional, de 9 de abril de 1964, o bacharel José dos Santos Ferreira, no cargo de Juiz de Direito da comarca de primeira entrada, em exercício do cargo de 2.º Juiz da comarca de Cataguazes, de terceira entrada;

tendo em vista o parecer da Comissão Estadual de Investigações, instituída pelo Decreto n. 7.600, de 11 de maio de 1964, nos termos dos arts. 7.º, e § 1.º, e 8.º do Ato Institucional, de 9 de abril de 1964, o bacharel Carlos Portinho dos Santos, no cargo de Juiz de Direito da comarca de Arcos, de primeira entrada;

tendo em vista o parecer da Comissão Estadual de Investigações, instituída pelo Decreto n. 7.600, de 11 de maio de 1964, nos termos dos arts. 7.º, e § 1.º, e 8.º do Ato Institucional, de 9 de abril de 1964, o bacharel Sidiônio Paes Ferreira, no cargo de Juiz de Direito da comarca de Pecanha, de terceira entrada;

tendo em vista o parecer da Comissão Estadual de Investigações, instituída pelo Decreto n. 7.600, de 11 de maio de 1964, nos termos dos arts. 7.º, e § 1.º, e 8.º do Ato Institucional, de 9 de abril de 1964, o bacharel José Grossi, no cargo de Juiz de Direito da comarca de Paratiópolis, de terceira entrada;

tendo em vista o parecer da Comissão Estadual de Investigações, instituída pelo Decreto n. 7.600, de 11 de maio de 1964, nos termos dos arts. 7.º, e § 1.º, e 8.º do Ato Institucional, de 9 de abril de 1964, o bacharel Janyr Moisés de Castro e Silva, no cargo de Juiz de Direito de comarca de 3.ª entrada, em exercício do cargo de Juiz de Direito da 4.ª Vara Criminal da comarca de Belo Horizonte, de terceira entrada especial.

Policia Militar

Tornando tendo em vista o parecer da Comissão Estadual de Investigações, instituída pelo Decreto n. 7.600, de 11 de maio de 1964, na Polícia Militar, nos termos dos arts. 7.º, e § 1.º, e 8.º do Ato Institucional, de 9 de abril de 1964, o Soldadete Fernando Antônio de Almeida.

Pela Secretaria da Segurancá Pública

Exonerando:

nos termos do artigo 194, alínea c), da Lei n. 899, de 5 de julho de 1962, Antônio Mário Siqueira, Auxiliar, padrão I-2 (Guarda Civil Praticante), do Quadro Especial da Polícia Civil, lotado na Secretaria (Departamento da Guarda Civil);

a pedido, nos termos do artigo 106, alínea c), da Lei n. 899, de 5 de julho de 1962, João Martins do Couto Filho, Auxiliar, padrão I-2 (Guarda Civil Praticante), do Quadro Especial da Polícia Civil, lotado na Secretaria (Departamento da Guarda Civil);

a pedido, nos termos do artigo 104, alínea c), da Lei n. 899, de 5 de julho de 1962, José de Almeida e Silva Junior, no cargo de Delegado de

nas Gerais, por não ter tomado posse dentro do prazo regulamentar; a pedido, o ato publicado em 27 de dezembro de 1963, em virtude do qual foi nomeada em caráter de substituição nos termos dos artigos 138 e 139, do Código do Ensino Primário, para o cargo de Professor Primário, padrão M-A, de Monte Carmelo, a normalista Idelma Dias, classificada em 6º lugar no concurso de 1963, para aquela cidade.

Nomeando: nos termos do artigo 14, item I, da Lei n. 869, de 5 de julho de 1952, Maria Teresa de Souza Costa para exercer, em caráter efetivo, o cargo de Auxiliar Subalterno, padrão A-1, do Quadro Geral, Parte Permanente, Tabela II, a que se refere a Lei n. 858, de 29 de dezembro de 1951, de acordo com as Leis n. 2.801, de 3 de janeiro de 1961 e 2.789, de 10 de outubro de 1951, lotado na Secretaria (Instituto de Educação de Minas Gerais), ficando, assim, retificado o ato de 30 de junho último;

nos termos do artigo 14, item I, da Lei n. 869, de 5 de julho de 1952, David Roberto de Carvalho, para exercer, em caráter efetivo, o cargo de Auxiliar Subalterno, padrão A-1, do Quadro Geral, Parte Permanente, Tabela II, a que se refere a Lei n. 858, de 29 de dezembro de 1951, combinado com o artigo 13, da Lei n. 2.373, de 10 de outubro de 1963, lotado na Secretaria;

Colocando, nos termos do artigo 259, § 1º, da Lei n. 2.610, de 3 de janeiro de 1962, à disposição do Governador da Parahyba, para prestar serviços na Secretaria da Educação e Cultura daquele Estado, em caráter de substituição, até 30 de setembro de 1965, Maria Eunice de Castro, Professor Primário, padrão M-C, lotada na Secretaria.

Nomeando, nos termos do artigo 14, item I, da Lei n. 869, de 5 de julho de 1952, Felix Lasmar Filho, para exercer, em caráter efetivo, o cargo de Auxiliar Subalterno, padrão A-1, do Quadro Geral, Parte Permanente, Tabela II, lotado na Secretaria, ficando, assim, retificado o ato publicado a 3 de setembro de 1964.

Colocando, nos termos do artigo 72 e parágrafo único, da Lei n. 869, de 5 de julho de 1952, à disposição do Gabinete Civil do Governador, para prestar serviços na Assessoria de Imprensa e Relações Públicas, até 30 de setembro de 1965, sem prejuízo dos vencimentos e vantagens do cargo, Delmiro Lage de Oliveira, Estatístico-Auxiliar II, lotado na Secretaria.

AutORIZANDO, nos termos do artigo 72 e parágrafo único, da Lei n. 869, de 5 de julho de 1952, continue à disposição da Imprensa Oficial, exercendo as funções de Redator, até 30 de agosto de 1965, sem prejuízo dos vencimentos e das vantagens do cargo, Orlindo Bueno de Hyeres Filho, Prático do Laboratório, padrão II, lotado na Secretaria.

Provendo: nos termos dos artigos 24 e 25, e parágrafos, da Lei n. 869, de 5 de julho de 1952, o exercício de Elza Maria Schaefer, Servicial, padrão I-1, lotada na Secretaria, no cargo, em comissão, de Chefe da Seção de Execução Orçamentária, padrão I-65, do Departamento Administrativo, da mesma Secretaria, durante o período de 6 de julho a 10 de agosto de 1964, em que o titular, José Antônio Neves César, esteve chamando a Serviço de Contabilidade, no afastamento do respectivo titular, em gozo de férias regulamentares;

nos termos dos artigos 24 e 25 e parágrafos, da Lei n. 869, de 5 de julho de 1952, o exercício de José Antônio Neves César, chefe da Seção de Execução Orçamentária, padrão I-65, lotado na Secretaria, no cargo, em comissão, de Chefe do Serviço de Contabilidade, padrão I-69, da mesma Secretaria, no período de 6 de julho a 10 de agosto último, em que o titular, Elvira Padilha Ferreira da Silva, esteve em gozo de férias regulamentares;

nos termos dos artigos 24 e 25 e parágrafos, da Lei n. 869, de 5 de julho de 1952, o exercício de José dos Santos Silva, ocupante do cargo de Farmacêutico, padrão I-57, lotado na Secretaria de Estado da Saúde, no cargo, em comissão, de Chefe do Serviço de Registros e Licenciamentos, padrão I-69, do Departamento de Profissionais, da mesma Se-

cretaria, durante o período de 1º a 31 de julho de 1964, em que o titular, Carlos Staring Filho, esteve em gozo de férias regulamentares.

Pela Secretaria do Trabalho e Cultura Popular Colocando, nos termos do artigo 72 e parágrafo único, da Lei n. 869, de 5 de julho de 1952, à disposição do Gabinete Civil do Governador, para prestar serviços na Assessoria de Imprensa e Relações Públicas, até 30 de setembro de 1965, sem prejuízo dos vencimentos e vantagens do cargo, Carlos Magno de Almeida, Redator, Classe «M», lotado na Secretaria.

Nomeando, nos termos dos artigos 14, item IV, 24 e 25, parágrafo 3º, da Lei n. 869, de 5 de julho de 1952, Manoel Fagundes Moura, ocupante efetivo do cargo de Auxiliar de Escritório, padrão I-9, lotado na Secretaria, para exercer, em substituição, o cargo isolado, de provimento efetivo, de Técnico de Administração, padrão I-78, da mesma Repartição, durante o impedimento do respectivo titular, José Rui Guimarães Mourão, à disposição da Universidade de Brasília, até 30 de junho de 1965, sem ônus para o Estado, ficando aprovado o seu exercício desde 11 de agosto de 1964.

Colocando: nos termos do artigo 72, parágrafo único, da Lei n. 869, de 5 de julho de 1952, à disposição da Secretaria de Estado do Interior, até 31 de agosto de 1963, para prestar serviços junto ao Sanatório Judiciário Presidente Antônio Carlos, sem prejuízo dos vencimentos e vantagens do cargo, Jorge Fernandes dos Santos, Estatístico, Auxiliar, padrão I-13, lotado na Secretaria;

nos termos do artigo 72, da Lei n. 869, de 5 de julho de 1952, à disposição da Universidade de Brasília, até 30 de junho de 1965, sem ônus para o Estado, para prestar serviços no Instituto Central de Letras, José Rui Guimarães Mourão, Técnico de Administração, padrão I-78, lotado na Secretaria, a partir de 11 de agosto de 1964, ficando assim, retificado o ato publicado no «Minas Gerais» de 22 de agosto de 1964.

AutORIZANDO, nos termos do artigo 72 e parágrafo único, da Lei n. 869, de 5 de julho de 1952, continue à disposição da Imprensa Oficial, exercendo as funções de Auxiliar de Gabinete, até 30 de setembro de 1965, sem prejuízo dos vencimentos e das vantagens do cargo, Rosa Alice Godoy, Bibliotecária, padrão I-24, lotado na Secretaria.

Apostando, a pedido, nos termos dos artigos 105, alínea «b», 110, item I, 118, alínea «a», da Lei n. 869, de 5 de julho de 1952, combinados com o artigo 29, da Lei n. 937, de 18 de junho de 1953, 16 da Lei n. 1.172, de 7 de dezembro de 1954, modificado pelo artigo 69, da Lei n. 1.012, de 17 de novembro de 1959, § 1º, e 1º, da Lei n. 134, de 25 de dezembro de 1961, da Piedade Viana e Silva no cargo de Amanuense, padrão I-36, do Quadro Geral, Parte Permanente, Tabela II, a que se refere a Lei n. 858, de 29 de dezembro de 1951, lotado na Secretaria.

Pela Secretaria do Desenvolvimento Econômico: Nomeando: nos termos do artigo 14, item I, da Lei n. 869, de 5 de julho de 1952, combinado com o artigo 5,º da Lei n. 1.435, de 30 de janeiro de 1956, Orestes Lott Aguiar, para exercer, em comissão, o cargo de Chefe da Seção de Pesquisas e Análises, padrão I-68, do Serviço de Documentação Industrial, do Departamento de Indústria e Comércio, a que se refere a Lei n. 869, de 5 de julho de 1952, o exercício de José Antônio Neves César, chefe da Seção de Execução Orçamentária, padrão I-65, lotado na Secretaria, no cargo, em comissão, de Chefe do Serviço de Contabilidade, padrão I-69, da mesma Secretaria, no período de 6 de julho a 10 de agosto último, em que o titular, Elvira Padilha Ferreira da Silva, esteve em gozo de férias regulamentares;

nos termos dos artigos 24 e 25 e parágrafos, da Lei n. 869, de 5 de julho de 1952, o exercício de José dos Santos Silva, ocupante do cargo de Farmacêutico, padrão I-57, lotado na Secretaria de Estado da Saúde, no cargo, em comissão, de Chefe do Serviço de Registros e Licenciamentos, padrão I-69, do Departamento de Profissionais, da mesma Se-

cretaria, durante o período de 1º a 31 de julho de 1964, em que o titular, Carlos Staring Filho, esteve em gozo de férias regulamentares.

Alva Mota de Figueiredo, ocupante efetiva do cargo de Escriturária, classe «J», para responder pela Seção de Expediente, do Departamento de Planejamento e Programação Econômica, integrante da estrutura orgânica da Secretaria do Desenvolvimento Econômico, a que se refere o Decreto n. 7.397, de 2 de janeiro de 1964.

Alva Mota de Figueiredo, ocupante efetiva do cargo de Escriturária, classe «J», para responder pela Seção de Expediente, do Departamento de Planejamento e Programação Econômica, integrante da estrutura orgânica da Secretaria do Desenvolvimento Econômico, a que se refere o Decreto n. 7.397, de 2 de janeiro de 1964.

Provendo: nos termos dos artigos 24 e 25 e parágrafos, da Lei n. 869, de 5 de julho de 1952, Orestes Lott Aguiar, Prático Rural «R», lotado na Secretaria no cargo, em comissão, de Chefe do Serviço de Documentação Industrial, padrão I-69, do Departamento de Indústria e Comércio, da mesma Secretaria, durante o período de 15 de julho a 18 de agosto do corrente ano, em que o titular, Ednito Július Sartori, esteve em gozo de férias regulamentares.

nos termos dos artigos 24 e 25 e parágrafos, da Lei n. 869, de 5 de julho de 1952, o exercício de Luis Euliano Brandão, ocupante do cargo de Auxiliar de Laboratório, padrão I-7, lotado na Secretaria de Estado, no cargo, em comissão, de Chefe da Seção de Análises Químicas de Produtos Industriais, do Serviço de Quimi-

SECRETARIA DO INTERIOR E JUSTIÇA

EXPEDIENTE DO SR. SECRETARIO

O Secretário de Estado do Interior e Justiça de Minas Gerais resolve expedir em favor do Sr. Rubens José Pinto de Coelho, Promotor de Justiça da comarca de Vicoso, o presente título de declaração do direito ao acréscimo, a partir de 25 (vinte e cinco) dias de agosto de 1959 (mil noventa e nove) até o total de 30% (trinta por cento) sobre seus vencimentos, correspondentes à gratificação por quinquênio a que se refere o artigo 39 da Lei n. 1.172, de 7 de dezembro de 1954, modificado pelo artigo 69 da Lei n. 1.012, de 17 de novembro de 1959, visto haver o mesmo proferido contínuo até 13 (treze) de janeiro de 1957 (mil novecentos e cinquenta e sete), 25 (vinte e cinco) anos (inclusive 1932) de serviço público, em caráter de arrendamento de serviços públicos, e até 12 (doze) de janeiro de 1963 (mil novecentos e sessenta e três), 30 (trinta) anos (inclusive 1933) de serviço público, em caráter de arrendamento de serviços públicos, para efeito da citada gratificação, ficando assim, sem o ônus de declaração de 19, publicado a 22 de maio de 1961.

O Secretário do Interior e Justiça, em Belo Horizonte, 30 de setembro de 1964.

Oswaldo Pierucci, 30

O Secretário de Estado do Interior e Justiça de Minas Gerais resolve declarar em favor de portaria de 3, publicada a 10 de julho de 1964, mediante a qual foi designada a comarca de Itambé para a realização dos exames de habilitação determinados pela Lei n. 1.996, de 28 de janeiro de 1955, com respeito ao concurso, aberto por edital publicado a 17 de janeiro de 1962, para provimento do cargo de Tabelião Escrivão do Civil da comarca de Itambé, cujo edital de relação de inscritos foi publicado a 21 de fevereiro de 1964.

O Secretário do Interior e Justiça, em Belo Horizonte, 30 de setembro de 1964.

Oswaldo Pierucci, 30

O Secretário de Estado do Interior e Justiça de Minas Gerais resolve designar, nos termos do artigo 253, do Decreto n. 1.936, de 28 de janeiro de 1959 (Lei de Organização Judiciária), esta comarca de Belo Horizonte para a realização dos exames de habilitação determinados pela Lei n. 1.996, de 28 de janeiro de 1955, com respeito ao concurso, aberto por edital publicado a 17 de janeiro de 1962, para provimento do cargo de Tabelião Escrivão do Civil da comarca de Itambé, cujo edital de relação de inscritos foi publicado a 21 de fevereiro de 1964.

O Secretário do Interior e Justiça, em Belo Horizonte, 30 de setembro de 1964.

Oswaldo Pierucci, 30

DESPACHOS: Concessionária de Justiça — Sobre gratificação de Escrivães e Distribuidores, pela remessa e confecção de mapas, durante os meses de janeiro, fevereiro, março de corrente ano — Requirir Cr\$ 245.200,00. Conselho Pontenciário — Sobre arrolamento de seus membros referente ao mês de agosto do corrente ano — Relacionar-se Cr\$ 76.000,00. Tomem-se providências para a abertura de crédito suplementar. Comarca de Raul Soares — Bel. José Feliciano de Oliveira, Juiz do Direito daquela comarca, requer pagamento de diárias vencidas em Vicoso — Transmitem-se cópia da informação ao MM. Juiz. Bel. Plorival Pereira de Castro — Promotor de Justiça da comarca de Santos Dumont, requer pagamento de uma diária e indenização de despesas com transportes — Requirir Cr\$ 2.970,00. Bel. José Barcelos de Souza — Promotor de Justiça da comarca de Rio Claro — Requer o pagamento de diárias vencidas em Vicoso — Relacionar-se Cr\$ 3.530,00 para crédito especial. Comarca de Poço Fundo — Proce-

ca, padrão I-65, do Instituto de Mineralogia, da mesma Secretaria, no período de 8 de julho a 11 de agosto do corrente ano, em que o titular, Emílio Caran, esteve em gozo de férias regulamentares.

Colocando: nos termos do artigo 72 e parágrafo único da Lei n. 869, de 5 de julho de 1952, à disposição da Secretaria da Agricultura, para exercer as funções de arquivista, até 31 de dezembro de 1964, sem prejuízo dos vencimentos e vantagens do cargo, Maria Beatriz da Veiga Silva, Auxiliar, padrão I-2, lotado na Secretaria;

nos termos do artigo 72 e parágrafo único da Lei n. 869, de 5 de julho de 1952, à disposição da Secretaria da Agricultura, para exercer as funções de recepcionista, até 31 de dezembro de 1964, sem prejuízo dos vencimentos e das vantagens do cargo, Nilce de Souza Aguiar, Auxiliar, padrão I-2, lotado na Secretaria.

DESPACHOS:

O Congresso Brasileiro de Nefrologia — O Presidente da Comissão Organizadora solicita autorização da dispensa do ponto aos funcionários médicos que participarem do congresso, a ser realizado de 6 a 10 de outubro próximo — Autorize.

Escritório de Saúde — Requirer licença para tratamento de saúde — Em nome do Senhor Secretário do Interior e Justiça, a Secretaria de Administração (DCP — SM).

Jackson Lopes de Faria — Comarca de Itambé — Sobre licença para tratamento de saúde — Ciente — Arquivar-se.

Maria Pereira da Silva — Escrivão de Paz do município de Mariana, comarca de Pecanha — Requirer licença para tratar de saúde e interesses particulares — Apresente certidão de nascimento e posse e da propriedade do imóvel em que reside, em que assumiu o exercício do cargo, após o provimento verificado por ato de 21 de março de 1965.

Maria de Fátima Araújo Borges — Requirer registro de sua portaria de nomeação para o cargo de Contadora, Distribuidora e Partidora da comarca de São Sebastião do Paraíso — Ciente — Arquivar-se.

João Catarina — Comunica que assumiu o cargo de Depositário Público da comarca de Rio Espera — Ciente — Arquivar-se.

Olegário Comissário — Oficial de Justiça da comarca de Abre Campo — Requirer licença para tratamento de saúde — Em nome do Senhor Secretário do Interior e Justiça, a Secretaria de Administração (DCP — SM).

José Alves Fagundes — Oficial de Justiça da comarca de Conceição de Jezeu — Requirer licença para tratamento de saúde — Em nome do Senhor Secretário do Interior e Justiça, a Secretaria de Administração (DCP — SM).

Tomé Durães Coelho — Oficial de Justiça da comarca de Coração de Jesus — Requirer licença para tratamento de saúde — Em nome do Senhor Secretário do Interior e Justiça, a Secretaria de Administração (DCP — SM).

João Ramos Moreira — Oficial de Justiça da comarca de Diamantina — Requirer licença para tratamento de saúde — Apresente a vinda do competente laudo médico.

Secretaria de Administração — Solicite informações funcionais sobre João Batista Soares — Oficie-se.

Waldemar Teles de Menezes — Requirer inscrição no concurso para provimento do cargo de Escrivão do primeiro da comarca de Jezeu, a fim de que, em caso de consideração do pedido de inscrição, devesse o postulante apresentar atestado passado por autoridade competente, com firma reconhecida, bem como o laudo médico.

Anotação de certidão de exercício.

Aurelino de Souza Gomes, Juiz de Paz do distrito da cidade de Portelândia — Exercício no cargo de juiz de direito da comarca, durante os meses de junho, julho e agosto do corrente ano — faz jus a um quinto dos vencimentos (lugar vago).

Departamento de Organização Penal

Despacho do Senhor Diretor do Departamento de Organização Penal: Antônio Martins Barbosa — Lotado no Sanatório Judiciário Presidente Antônio Carlos, Solicitante de Férias — Autorize que as férias tenham início a 28 de setembro de 1964.

Departamento da Justiça

Comarca de Rio Pomba — Juiz de Direito encaminhando edital de interdição de José Corino Martins, para publicação no «Minas Gerais» — Em nome do Senhor Secretário do Interior e Justiça a Imprensa Oficial, Comarca de Jequitinhonha — Juiz

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Departamento Administrativo

SERVICO DE CONTABILIDADE Relação de requisições enviadas ao D.E.O. (Sec. da Fazenda). Req. — Nome — Valor — Lu- Cr\$ 6.000,00 — Opirane. 1.479 — João Camargo da Silva Cr\$ 4.500,00 — Pote. 1.480 — Antônio de Paula Ribas Cr\$ 18.000,00 — Pratos. 1.481 — José Bertence — Cr\$ 31.300,00 — Salário. 1.482 — Amadio de Costa Lapa Cr\$ 18.800,00 — Santa Cruz Escalvado. 1.483 — Maria da Conceição Blecchini — Cr\$ 24.000,00 — L. João Evangelista. 1.484 — Izaltina Simões de Lima Cr\$ 1.900,00 — Tapira.

de Direito comunica que nomeou Interinamente Maria Luiza de Conceição Bandeira Rodrigues para o cargo de Contadora, Partidora e Distribuidora da comarca de Itambé — Ciente — Arquivar-se.

Bel. Wilson Ferreira — Promotor de Justiça da comarca de Manga — Envia certidão de nascimento da Ordem dos Advogados — Cumpra-se. Eliminar o despacho publicado a 9 de setembro do corrente ano, apresentando a esta Secretaria certidão após a nomeação verificada por ato de 10 de setembro de 1963.

Comarca de Teófilo Otoni — Juiz de Direito envia edital para publicação de editais gerais — Em nome do Senhor Secretário do Interior e Justiça a Imprensa Oficial.

Jurandir Lima — Juiz de Paz da cidade de Buri — Requirer licença familiar relativo a sua esposa e filhos menores — Em nome do Senhor Secretário do Interior e Justiça, a Secretaria de Administração (DCP — SM).

Comarca de Betim — Juiz de Paz da cidade de Ibiturra comunica que nomeou Maria Aparecida de Assis Freitas para o cargo de Escrivã de Paz daquela cidade — Ciente — Arquivar-se.

Selvação de Oliveira — Envia certidão do termo de posse e exercício do cargo de Oficial de Justiça da Comarca de Rio Vermelho — Anote-se.

Sebastião Pereira de Azevedo — Envia certidão de efetivo exercício do cargo de Oficial do Registro Civil da Vila de Santa Rita, Durão, município de Mariana — Ciente — Arquivar-se.

Herzelm de Assis Moraes — Escrivão do Crime da comarca de Aquinara — Requirer licença para tratamento de saúde — Em nome do Senhor Secretário do Interior e Justiça, a Secretaria de Administração (DCP — SM).

Jackson Lopes de Faria — Comarca de Itambé — Sobre licença para tratamento de saúde — Ciente — Arquivar-se.

Maria Pereira da Silva — Escrivão de Paz do município de Mariana, comarca de Pecanha — Requirer licença para tratar de saúde e interesses particulares — Apresente certidão de nascimento e posse e da propriedade do imóvel em que reside, em que assumiu o exercício do cargo, após o provimento verificado por ato de 21 de março de 1965.

Maria de Fátima Araújo Borges — Requirer registro de sua portaria de nomeação para o cargo de Contadora, Distribuidora e Partidora da comarca de São Sebastião do Paraíso — Ciente — Arquivar-se.

João Catarina — Comunica que assumiu o cargo de Depositário Público da comarca de Rio Espera — Ciente — Arquivar-se.

Olegário Comissário — Oficial de Justiça da comarca de Abre Campo — Requirer licença para tratamento de saúde — Em nome do Senhor Secretário do Interior e Justiça, a Secretaria de Administração (DCP — SM).

José Alves Fagundes — Oficial de Justiça da comarca de Conceição de Jezeu — Requirer licença para tratamento de saúde — Em nome do Senhor Secretário do Interior e Justiça, a Secretaria de Administração (DCP — SM).

Tomé Durães Coelho — Oficial de Justiça da comarca de Coração de Jesus — Requirer licença para tratamento de saúde — Em nome do Senhor Secretário do Interior e Justiça, a Secretaria de Administração (DCP — SM).

João Ramos Moreira — Oficial de Justiça da comarca de Diamantina — Requirer licença para tratamento de saúde — Apresente a vinda do competente laudo médico.

Secretaria de Administração — Solicite informações funcionais sobre João Batista Soares — Oficie-se.

Waldemar Teles de Menezes — Requirer inscrição no concurso para provimento do cargo de Escrivão do primeiro da comarca de Jezeu, a fim de que, em caso de consideração do pedido de inscrição, devesse o postulante apresentar atestado passado por autoridade competente, com firma reconhecida, bem como o laudo médico.

Anotação de certidão de exercício.

Aurelino de Souza Gomes, Juiz de Paz do distrito da cidade de Portelândia — Exercício no cargo de juiz de direito da comarca, durante os meses de junho, julho e agosto do corrente ano — faz jus a um quinto dos vencimentos (lugar vago).

Departamento de Organização Penal

Despacho do Senhor Diretor do Departamento de Organização Penal: Antônio Martins Barbosa — Lotado no Sanatório Judiciário Presidente Antônio Carlos, Solicitante de Férias — Autorize que as férias tenham início a 28 de setembro de 1964.

